

Coordenação
Raphael Castro Lima

Mapeando o Edital

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

2^a edição
revista, atualizada e ampliada

2024

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Direitos HUMANOS

Raphael Castro Lima e Ivo Henrique Moreira Martins

1 ESTRATÉGIA DE ESTUDOS E INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA

Ao se decidir em estudar para um cargo de natureza jurídica, é indispensável refletir a respeito da escolha quanto ao método de estudos e a bibliografia a utilizar. O mercado é farto e a desinformação é grande, a todo o momento há novas promessas, novas propostas e um sem fim de boas oportunidades, outras nem tanto.

Nesse sentido, é indispensável que o candidato se oriente quanto a estas decisões logo no início de sua preparação, evitando ser surpreendido por um caminho equivocado já no meio da estrada, e ter a sensação de tempo perdido.

A melhor expressão é realmente sensação, pois perder não se perde, toda forma de estudo é válida e irá repercutir em sua preparação, mas não se pode duvidar de que a boa orientação desde o início da preparação para o cargo de Delegado de Polícia Civil, dada a sua complexidade, irá causar grandes modificações em seu trajeto até a aprovação.

Parece-nos sempre mais adequado considerar nosso leitor como bacharel em Direito, ou em vias de o ser, portanto, em plenas condições de se determinar e entender o que se dispõe a ler e absorver. Não por outra razão, com exceção de temas mais complexos, a nosso ver, a leitura deve ser a principal ferramenta de estudos para concurso público.

Isso porque um bacharel em Direito tem plena condição de entender o que lê, não sendo necessário explicar temas mais simples e usuais, em nosso caso, a exemplo do estudo quanto às dimensões dos Direitos Humanos. Se ocupar com centenas de horas aula a respeito de temas que se pode absorver pela leitura, é abrir mão de um tempo valioso de estudos.

Não estamos insinuando que não se deve assistir videoaulas ou palestras ao vivo, mas sim que seu tempo será potencializado pela leitura, ao invés de aula expositiva, a qual, necessariamente envolve anotações e o acompanhar do tempo do professor, e da turma, quando na modalidade presencial.

Reserve seu tempo para o que for mais adequado para você, então, prefira aulas somente sobre temas complexos. No mesmo sentido é a realização de exercícios simulados, os quais são muito relevantes, mas não o principal orientador de seu processo de aprendizagem.

Objetivar o estudo faz o candidato ganhar tempo, potencializa a apreensão de conteúdo e otimiza as perspectivas de acerto nas questões que serão submetidas à análise.

É certo que cada etapa do certame, em relação às fases de conhecimento, exige preparação específica, o que veremos à frente, sendo indispensável considerar cada prova isoladamente, em um primeiro momento, a prova objetiva, em seguida a prova discursiva, acompanhada pela preparação para a prova oral, a qual também existe em concursos para Delegado de Polícia Civil, a exemplo do certame do Estado de São Paulo, com exigência de conhecimentos em Direitos Humanos.

Durante todo este trajeto, portanto, um material base e confiável deve acompanhar o candidato, assim, indicaremos algumas obras que devem estar presentes em sua cabeceira de estudos.

Quando nos referimos a "material base", pretendemos nos reportar a um conjunto de livros que serão sua principal base de estudos, sendo a partir dele, feitas anotações no próprio material, marcações e atualização, bem como complementações do que faltar naquele conteúdo, o qual se tornará cada dia mais forte e completo.

Assim, a retroalimentação de seu material de estudos deve ser regular. É absolutamente não recomendado a troca contínua de livros, isso porque nos parece que anotações e marcações são indispensáveis neste momento, já que permitem indicar no livro físico, ou digital, o que é mais importante e isso vai ajudar na revisão.

Antes de partirmos para a análise detida sobre métodos de estudos, vejamos quatro obras e autores que se fazem interessantes:

- Sinopses para Concurso – V. 39 – Direitos Humanos – pelo autor Rafael Barreto, Editora Juspodivm.
- Manual de Direitos Humanos – pelos autores Paulo Lépore e Bruno Del Preti, Editora Juspodivm.
- Autora Flávia Piovesan, diversas obras.
- Curso de Direitos Humanos – pelo autor Valério Mazzuoli, Editora Método.

As obras indicadas acima adotaram uma ordem não por acaso, é mesmo a ordem de predileção que indicamos ao livro a ser adotada pelo candidato durante a preparação para o concurso de Delegado de Polícia Civil.

Ao contrário do que alguns pensam, as Sinopses Jurídicas ganham especial relevância nos estudos para concurso público atualmente, não só para a carreira em comento, mas para todas as carreiras jurídicas, isso porque, cada vez mais, percebemos que mais vale conhecer de tudo "um pouco" a conhecer muito "de pouco".

Os conhecimentos doutrinários exigidos de candidatos ao cargo de Delegado de Polícia Civil, seja em provas objetivas, discursivas e orais, são plenamente atendidos pela Sinopse Jurídica, particularmente recomendamos o volume n. 39, da coleção respectiva pela Editora Juspodivm, como indispensável, seguido pelo Manual de Direitos Humanos, pela mesma editora.

Contudo, parece-nos adequado a eleição entre um e outro, isso porque, como veremos, uma base é necessária, sendo sob esta base que se pautará seus estudos e a retroalimentação, com acréscimos que se façam necessários, digo, ao invés de ter uma sinopse, absorvê-la, e pensar em seguir para o manual a fim de ganhar mais conhecimento, melhor seria preencher a sinopse com entendimentos não desenvolvidos ali, a partir da consulta ao manual, sem trocar de livro base e ter de recomeçar as marcações e indicações de maior relevância.

De outro lado, é possível ao candidato já iniciar seus estudos adotando o manual, o qual, após leitura repetida e marcações das partes mais importantes, chegará ao conteúdo próximo da sinopse, permitindo boa revisão.

A revisão é o mais relevante neste cenário. Assim, ler o que já foi lido potencializa o aprendizado e a efetividade nos estudos, mas sempre uma nova leitura será mais densa e demorada, assim, escolha pela sinopse ou pelo manual sugerido.

A autora Flávia Piovesan é autoridade no assunto, e não pode ser esquecida, contudo, seus estudos possuem viés acadêmico avançado, a gerar a não recomendação como material base para estudos para concurso público ao cargo de Delegado de Polícia, o que não dispensa conhecer o trabalho da autora, sobretudo mediante consulta pontuais em alguma de suas diversas obras ou publicações, em temas mais complexos, permitindo ampliar raciocínio jurídico, a ser transportado para seu material base mediante retroalimentação, a sinopse ou o manual, este sim lhe acompanhará por toda a preparação.

No caso do professor Mazzuoli, do mesmo modo, a obra deve servir para complementação dos estudos, sobretudo em relação aos aspectos atinentes às Relações Internacionais do País, bem como ao processo de internacionalização dos Direitos Humanos e seu impacto na ordem jurídica interna, apresentando temas contemporâneos dos Direitos Humanos e sua proteção pelo Estado brasileiro.

Não há método único de estudos, nem errado ou certo, há sim, o método de cada um. Existem vários estudos que se esforçam em indicar qual modo de estudar é mais efetivo, considerando a leitura, participação em aulas expositivas, resolução de questões, leitura de texto seco normativo e até a prática da docência.

Com ressalva pela última, a docência, que realmente nos permite aprender de forma bastante enriquecedora, parece-me que a leitura é o ponto chave para aprovação, não há como fugir.

Convidamos o nosso leitor a imaginar o seguinte: considere que em cerca de 2 (duas) horas aula determinado professor aborde toda a evolução relacionada às dimensões ou gerações dos direitos humanos. Você recebeu o conteúdo por meio de uma metodologia passiva, e agora não saberá mais o que fazer para revisar este conteúdo. Qual é a alternativa que percebe? Assistir a aula novamente não é o adequado, ocupa tempo e não permite fixação adequada.

Caso o leitor, no exemplo acima, tenha sido mais diligente e se ocupou em elaborar um texto escrito com base na aula expositiva para servir de material de revisão, perceberá que as 2 (duas) horas aula se ampliaram por demais, alcançando prováveis 5 (cinco) horas aula, em razão das

pausas e voltas no tempo do vídeo para anotações, quando isso é possível pela modalidade de ensino.

Neste ponto, porém, ainda é mais vantajoso ao candidato estudioso, contudo, correm-se alguns riscos e o primeiro deles decorre do natural desconhecimento do candidato em preparação, o qual busca conhecimento, mas nem sempre tem o conhecimento necessário para elaborar um material escrito adequado e que lhe permita uma revisão eficaz e segura, pois pode haver erros no material escrito, já que elaborado em um momento de rapidez, de reprodução do que foi dito em aula.

Agora percebam, por mais diligente que for o candidato em preparação, ao assistir aulas expositivas, ainda que procedendo a ricas anotações, seu conteúdo base será potencialmente frágil e, em algum momento, perceberá que este material não supre a demanda necessária de conhecimento apto a levar à aprovação no concurso público, e levará o candidato a adquirir seu primeiro livro, para então iniciar os estudos verdadeiramente.

Ora, se o caminho será se debruçar sobre o livro produzido por profissional *expert* no assunto, então nos parece adequado fazê-lo desde o início, com a eleição de material seguro e que lhe acompanhará por todo o tempo de preparação, sempre recebendo novos conteúdos obtidos por fontes diversas, e sempre presente em sua revisão, a qual não se desprende da releitura.

Não há como revisar sem reler. Assim, aquelas duas horas aula sobre dimensões dos direitos humanos se transformam em 30 (trinta) minutos de leitura, a qual, em releitura de revisão se potencializa ainda mais, passando para 25 (vinte e cinco), 20 (vinte), 15 (quinze) minutos, até que em revisão rápida, de véspera, só com o “bater dos olhos” nas partes grifadas como mais importantes, consiga perceber o tema inteiro em 5 (cinco) ou 10 (dez) minutos.

A melhor recomendação nos parece ser aquela em que, de posse de material confiável, o candidato construa sua melhor base, para tanto recomendamos dividir o livro em partes, e proceder a leituras repetidas, antes de avançar para a parte posterior.

Considere a recomendação dada acima, pela Sinopse Jurídica v. 39, do autor Rafael Barreto, pela Editora Juspodivm, a qual conta com cerca de 400 páginas, um rico conteúdo objetivado, sem perder de vista a

profundidade necessária ao estudo para a carreira de Delegado de Polícia, em que Direitos Humanos é disciplina de destaque.

A Sinopse mencionada possui 7 (sete) capítulos. Nesse sentido, parece-nos adequado separar a leitura por capítulo, ou o conjunto de capítulos que corresponda a cerca de 50 (cinquenta) páginas. Faça a primeira leitura sem muita preocupação, como leitura livre, sem riscar ou marcar nada. Ao concluir, refaça a leitura, agora já será a segunda vez que lê o material, portanto, já pode começar a marcar o que considera mais relevante, sempre a lápis, para poder mudar posteriormente.

Na medida em que evolui, a cada nova leitura, a percepção do que é mais ou menos relevante muda, por isso recomendamos sempre usar lápis. Agora, na terceira leitura do mesmo conteúdo, antes de avançar para o próximo bloco, o leitor já deve ter percebido que o tema está mais "claro" e fluído em sua mente.

Pronto! Com três leituras do mesmo bloco de conteúdo, contemplando cerca de 50 (cinquenta) páginas e capítulos inteiros, o leitor já pode seguir para o bloco seguinte. Sendo, em nosso exemplo, a obra formada por 400 páginas, teremos 8 (oito) blocos de 50 (cinquenta) páginas.

Nesse sentido, após ler cada bloco três vezes e seguir para o bloco seguinte, concluindo o livro, reinicie a leitura, agora completa, desde o início, e siga até concluir o material escrito, agora você já leu o mesmo material 4 (quatro) vezes, e certamente pôde perceber como, leitura após leitura, o conteúdo vai fazendo mais sentido, e a revisão parece ser inerente aos estudos.

Isso é muito importante, pois muitas pessoas buscam por um material principal e outro material que lhe sirva de revisão, divisão que não nos parece adequada. Ora, qual seria a lógica de se usar um material raso, muito objetivo e sem a profundidade necessária, como resumos de aula ou material "PDF", para revisar, ou seja, ler o máximo que se possa, enquanto o material verdadeiramente seguro, rico, e na medida certa quanto à profundidade, é deixado de lado, como se fosse material de consulta.

Eis o meio termo. Mencionamos acima que, atualmente, se preparar estrategicamente para concurso público exige conhecer de tudo um pouco, em detrimento de saber profundamente sobre poucos temas, afinal, a cada novo edital, mais conteúdo programático é apresentado, mais decisões de tribunais, normativas e experiências internacionais são levadas a

efeito, e o resultado é sempre a somatória, nunca a substituição, como se deu na concepção das dimensões de direitos humanos.

Assim, nem muito raso, nem muito profundo, mas um conteúdo objetivado, que se preocupe em debater os fundamentos jurídicos de cada instituto estudado, contudo, sem se jogar às análises acadêmicas decorrentes dos estudiosos teóricos do Direito, com o que a preparação para concurso em pouco se equivale.

Siga essa lógica de evolução de leitura e absorção do material escrito. As três primeiras leituras são de "absorção", da quarta em diante temos uma robusta revisão, obtida pela releitura somada com o olhar crítico de nova percepção do assunto que leu em outra oportunidade, pois a cada nova leitura, um novo entendimento, e isso deverá se seguir até a aprovação, seja este período hábil a permitir 10 (dez) leituras do material base, seja o período apto a conduzir a 100 (cem) leituras.

Além de um material doutrinário forte e confiável, é também necessário estar atento à leitura da "lei seca", como é apelidado o texto da lei em sentido amplo. O sistema normativo relacionado à proteção dos Direitos Humanos é deveras complexo, já que não há um compilado a nos orientar, não há um Código, tampouco consolidação de leis.

Os diversos tratados e atos internacionais e nacionais que visem integrar a norma externa ao sistema normativo pátrio são de leitura indispensável, e mais, a depender do Estado em que se realiza o concurso público, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, a leitura das normas estaduais de Direitos Humanos também ganha relevância.

Tecemos as mesmas recomendações feitas em relação à leitura de material doutrinário, separe por blocos de leitura, que permita rápida revisão entre a primeira e a segunda leitura, e siga até concluir a leitura de "absorção", aquela decorrente de três leituras do conteúdo, e depois passe para a leitura de "revisão", essa sim, pegando o texto do início ao fim.

Pode parecer metódico demais, mas a orientação é coerente. Caso, entre uma leitura e a segunda se alongue muito tempo, o leitor pouco se recordará do que leu no início. Por isso a leitura inicial de qualquer material escrito deve ser dividida em blocos que permitam rápida revisão.

Imagine quanto tempo levará para ler a Sinopse exemplificada acima, de 400 (quatrocentas) páginas, pela primeira vez, de "ponta a ponta". Agora pense quando se dará a releitura. Nesse momento, dificilmente se

Direito TRIBUTÁRIO

Anna Victoria Medeiros Escorel Almeida Henrique

1 BIBLIOGRAFIA INDICADA

Analisando os resultados das provas anteriores dos concursos de Delegado de Polícia Civil, é visível que os candidatos estão praticamente "gabaritando" as quatro matérias consideradas de maior importância, a citar administrativo, constitucional, penal e processo penal, sendo o diferencial feito em matérias, até então, consideradas de "menor peso" como tributário. Percebe-se que um ponto a mais é capaz de fazer com que o candidato suba diversas posições.

Ressalta-se que tributário é uma matéria pequena, e, nos certames de policiais é cobrado de forma objetiva, privilegiando a abordagem da lei seca. A doutrina cobrada é a basilar, sendo suficiente um material resumido. Não podemos nos esquecer da crescente cobrança de posições jurisprudenciais dos tribunais superiores.

Cada vez mais constante é a divulgação de operações da Polícia Civil visando ao combate de crimes tributários. Essa modalidade de crime de colarinho branco é responsável por tirar do Estado bilhões anualmente, o que gera um desfalque irremediável na saúde, educação e segurança, matando, indiretamente, centenas de pessoas. Tal fato vem sendo levado em consideração para aumentar a importância da repressão dessas práticas delitivas, sendo indispensável o conhecimento pelo Delegado de Polícia de todas as nuances do Direito Tributário.

Dito isso, vamos a análise da bibliografia.

É importante ressaltar que devido a imensidão de matérias dos conteúdos programáticos, o seu material de direito tributário deve guardar uma característica: ser suficiente, nem mais, nem menos que o necessário. Como descobrimos isso? Através da análise estratégica das provas passadas, informações que lhe serão passadas nessa obra.

Não podemos menosprezar que o estilo de escrita do autor deve ser considerado na escolha do livro, a afinidade ajuda a fomentar o prazer na hora de estudar. A escolha de uma boa bibliografia é uma das estratégias mais importantes a ser tomada, uma leitura desagradável gera inconstância, não rende, e, terminamos por dispensar mais rápido.

Levando-se em consideração as inúmeras matérias que caem no concurso de Delegado de Polícia, e que o candidato terá outros livros para ler, é importante uma doutrina objetiva e ao mesmo tempo completa. Que trate a matéria de forma didática e esquematizada, englobando a jurisprudência e a lei seca.

Vale salientar, que mesmo quando não é cobrado como uma matéria isolada, o conhecimento tributário é abordado dentro de Direito Constitucional, o qual aborda o Sistema Tributário Nacional e dentro de Penal e Processo Penal, quanto aos crimes tributários.

O Direito Tributário é uma matéria cobrada de forma relativamente simples nas provas de Delegado. Um bom resumo atende perfeitamente as exigências, o que é o caso da sinopse da editora Juspodivm, do autor Roberval Rocha. Tal obra é prática, sistematizada e objetiva, sem deixar de mencionar o, importantíssimo, entendimento jurisprudencial correlato à matéria.

Não menos importante, é indispensável um VADE-MECUM atualizado. A leitura do texto normativo é fundamental na preparação para concursos jurídicos, por isso, dediquei um tópico específico para esse assunto mais a frente, tendo em vista a grande dificuldade que os concurrenseiros enfrentam neste tipo de estudo. Nesse momento quero te indicar o CADERNO DE ESTUDOS DA LEI SECA, da editora Juspodivm.

Por fim, o estudo da jurisprudência pode ser feito no site do STF e STJ e caso você precise de esclarecimentos maiores, o "Dizer o Direito", site e obras, estão aí para te suprir completamente. Indico a obra VADE MECUM DE JURISPRUDÊNCIA, do autor Marcio André L Cavalcante, Editora Juspodivm. E também o livro SÚMULAS DO STF e do STJ do mesmo autor e editora.

2 ANÁLISE DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DOS ÚLTIMOS EDITAIS

Para vencer o jogo, é crucial entender suas regras. Com a estratégia correta você ganha tempo, e, consegue de forma mais eficaz dar o *checkmate*. A primeira tática de preparação é conhecer qual a forma que você poderá ser "atacado", ou seja, qual o conteúdo programático, o que será cobrado.

Analizando os últimos editais propostos para Delegado de Polícia Civil, quanto a matéria de direito tributário, pode perceber que tal disciplina não é cobrada em todos os certames, bem como, o conteúdo programático não é uniforme em todos os concursos, ou seja, há uma variação de conteúdos de acordo com o edital de cada Estado. Existem assuntos que estão sempre presentes e outros que oscilam entre os editais.

Quase que de forma unânime são cobrados os seguintes conteúdos:

- ⊕ Tópico 1 – **Introdução e Sistema Tributário Nacional:** O Estado e o poder de tributar, Conceitos e Princípios, limitações ao poder de tributar.
- ⊕ Tópico 2 – **Tributo:** Conceito e espécies.
- ⊕ Tópico 3 – **Normas Gerais de Direito Tributário**
- ⊕ Tópico 4 – **Obrigação Tributária e Responsabilidade Tributária:** conceito, espécies, fato gerador, hipótese de incidência, sujeitos ativo e passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário. Responsabilidade (Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem, solidariedade, sucessão, responsabilidade pessoal e de terceiros, responsabilidade subjetiva)
- ⊕ Tópico 5 – **Crédito Tributário:** conceito, natureza, lançamento, revisão, suspensão, extinção e exclusão, prescrição, decadência e repetição do indébito.
- ⊕ Tópico 6 – **Responsabilidade Tributária:** Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem, solidariedade, sucessão, responsabilidade pessoal e de terceiros, responsabilidade subjetiva
- ⊕ Tópico 7 – **Tributos da União, dos estados, do DF e dos municípios**

- ④ Tópico 8 – **Processo Judicial Tributário**: execução fiscal, exceção de pré-executividade, embargos do executado, ação anulatória de débito fiscal
- ④ Tópico 9 – **Do ilícito tributário**: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário

3 BANCAS EXAMINADORAS

Os estudos não se resumem ao conteúdo, faz-se mister conhecer a banca examinadora. Cada entidade elaboradora tem um estilo próprio, isso significa que dois editais podem render provas completamente diferentes, mesmo que exijam o mesmo conteúdo programático. Sendo assim, vale a pena pesquisar as peculiaridades de cada banca, como forma de melhorar o desempenho.

Vamos analisar o estilo das duas principais bancas elaboradoras de concursos de Delegado de Polícia, cujos editais cobraram Direito Tributário: Cespe e Vunesp.

3.1 CEBRASPE (CESPE/UNB)

A última prova de Delegado da Polícia Civil que elaborou foi a de Alagoas, em 2023. A banca tem por características questões interpretativas, faz-se necessário além do domínio da legislação, o conhecimento dos novos entendimentos dos tribunais.

É importante estudar o tributário dentro da Constituição Federal, sem esquecer sua correlação com o direito penal e as leis penais especiais. Para passar em um concurso CESPE você não pode apenas decorar definições, é preciso compreender o assunto de forma sistêmica.

O CESPE, em regra, elabora provas contextualizadas e atuais, com cobrança de classificação doutrinária.

Uma dica para quem vai enfrentar provas dessa banca é intensificar o estudo da jurisprudência, principalmente as mais recentes, as mudanças de entendimento dos Tribunais Superiores.

3.2 VUNESP

A última prova de Delegado da Polícia Civil que elaborou foi a de Roraima, em 2022. A Vunesp, Fundação para o vestibular da Universidade

Paulista, é uma banca que, na matéria de direito tributário, se caracteriza por trazer questões mais acessíveis, sem muita complexidade e com um grau de dificuldade um pouco menor.

A Vunesp tende a optar por questões de múltipla escolha, com, normalmente, cinco assertivas em que o candidato deve marcar a correta ou incorreta. Sendo consideradas mais simples, as provas da Vunesp costumam cobrar praticamente todo conteúdo programático.

Na parte de Direito Tributário, a Vunesp, em regra, exige o conhecimento da legislação, não precisa ficar lendo doutrina e jurisprudência, são aquelas chamadas questões literais ou "decorebas".

Salvaguardar-se a importância de saber interpretar os enunciados, algumas questões reproduzem notícias o que faz necessário que você aprenda a contextualizar o caso concreto com o conteúdo abordado.

No entanto, nas últimas provas, mostrou uma evolução no grau de exigência, aumentou a dificuldade de análise das questões, começando a cobrar teorias doutrinárias.

Uma dica para quem vai enfrentar provas dessa banca é redobrar a leitura da lei. Questões que prezam pela literalidade, repetem os dispositivos legais.

3.3 ANÁLISE FINAL

Concluo esse estudo com um alerta, pesquisas de perfil de banca devem ser um adicional a sua preparação e nunca um determinante. Análise a banca que você vai enfrentar, é importante entender como a banca vai se posicionar, focando no que é prioritário.

Entretanto, é excessivamente arriscado basear toda a preparação para alguma das fases em um levantamento de dados, que embora revelador, é apenas indicativo do que tem mais probabilidade de ser exigido. Hoje, a maioria das bancas vem mudando a sua postura, e é visível a cobrança de todos os pilares de aprovação (assunto tratado posteriormente) independente de qual seja a instituição elaboradora do certame.

4 ANÁLISE GERAL DAS ÚLTIMAS PROVAS OBJETIVAS

Tendo por base as últimas provas de Delegado de Polícia Civil, aplicadas em desde 2015 até o presente ano, podemos separar as questões de Direito Tributário, de acordo com o conteúdo programático para saber

quais temas foram mais frequentes nas arguições elaboradas pelas bancas examinadoras.

As provas analisadas foram as seguintes:

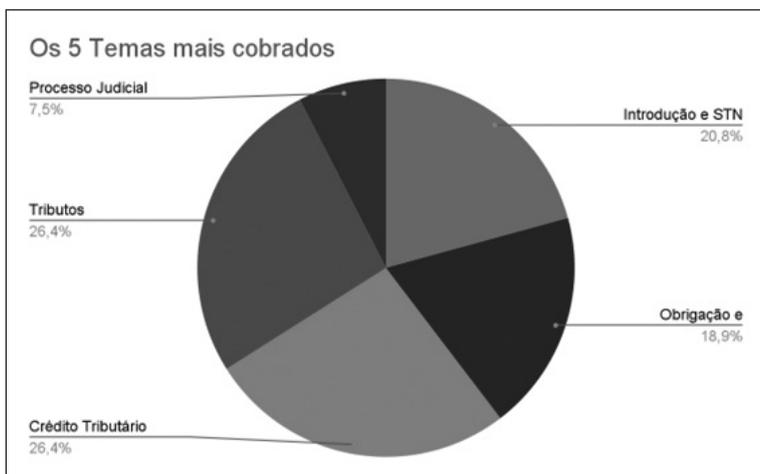
ESTADO	ANO	BANCA	Nº DE QUESTÕES
DF	2015	FUNIVERSA	7
GO	2016	CESPE	5
PE	2016	CESPE	9
MA	2017	CESPE	2
BA	2018	VUNESP	2
GO	2018	UEG	5
PI	2018	NUCEPE	6
SE	2018	CESPE	1
PF	2021	CESPE/CEBRAS-PE	6
RN	2021	FGV	3
PB	2022	CESPE/CEBRAS-PE	1
AM	2022	FGV	3
RO	2022	CESPE/CEBRAS-PE	4
GO	2022	INSTITUTO AOC	5

Analisei ao todo quatorze provas, na parte exclusiva de Direito Tributário, visto que não foram quantificadas as questões referente a matéria dentro de Constitucional, Penal, Processo Penal e Lei Penal especial, as quais serão abordadas em capítulo próprio, foram identificadas 59 questões.

Após a análise das provas objetivas, foi possível identificar a seguinte distribuição de questões conforme os tópicos do conteúdo programático:

Ponto do edital	Quantidade de questões	Porcentagem
1-Introdução e Sistema Tributário Nacional	11	18,64%
2- Tributo e Tributos em espécie	14	23,72%
3- Normas Gerais	1	1,69%
4- Obrigação Tributária e Responsabilidade Tributária	10	16,94%
5-Crédito Tributário	14	23,72%
6- Processo Judicial Tributário	4	6,77%
7- Ilícito Tributário	2	3,38%
8- Legislação Tributária	1	1,69%
9- Administração Tributária	2	3,38%

Gráfico Assunto:

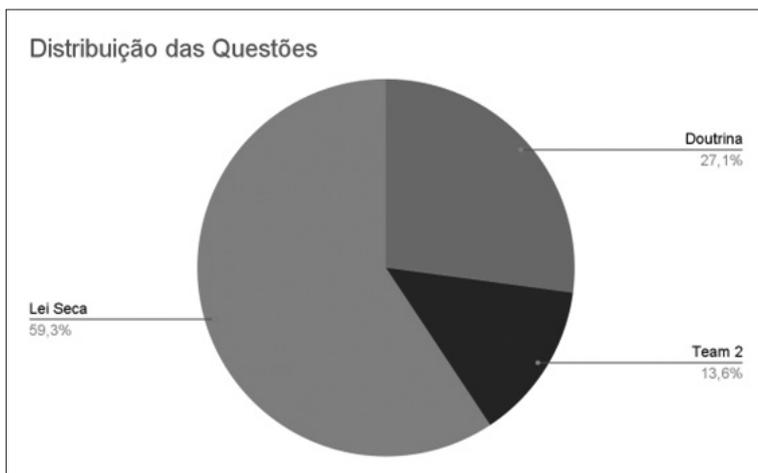


Ressalta-se que, na análise das questões e na identificação conforme os itens do conteúdo programático, alguns assuntos poderiam ser colocados em mais de um tópico, pois mesclam conteúdos diversos. Nestes casos, optou-se por identificá-las conforme o objeto preponderante arguido pelo examinador.

Nas últimas provas objetivas foi possível identificar a seguinte distribuição dos itens conforme o parâmetro "lei seca", "jurisprudência" e "doutrina":

Item	Quantidade	Porcentagem
Doutrina	16	27,11%
Jurisprudência	8	13,55%
Lei seca	35	59,32%

Gráfico:



As quantidades são definidas apenas por aproximação, visto que alguns itens acabam mesclando conhecimentos.

A análise quantitativa aproximada serve para verificar um padrão nas provas já realizadas e, de certa forma, uma tendência para os concursos futuros. Colocando os dados acima em gráfico percebemos que a Parte introdutória, Obrigação Tributária, Crédito Tributário, Tributos da União, Estado, DF e municípios e Processo Judicial Tributário são os cinco assuntos mais cobrados nas provas de Delegado de Polícia. Salvaguarda-se que, objetivamente, comprovamos que o planejamento deve ser focado no estudo da letra de lei e em um bom resumo doutrinário.

Outra constatação muito evidente, é a de que o examinador de Direito Tributário pende a cobrar a matéria contida na Constituição acerca do ponto. Portanto, se faz mister a leitura dos artigos 145 ao 169 da nossa Carta Magna. No Código Tributário Brasileiro destaca-se a leitura dos

artigos 139 a 185. Por fim, é imprescindível a leitura da lei n° 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda.

5 ANÁLISE ESPECÍFICA

5.1 PROVA DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – ANO 2015

Banca: Funiversa		
Assunto	Quantidade	Porcentagem
Introdução	1	14, 28%
Conceito e espécies de Tributo	1	;14, 28%
Normas Gerais	1	14, 28%
Obrigação Tributária	1	14,28%
Crédito Tributário	1	14,28%
Tributos	2	28, 57%
Total	7 questões de Direito Tributário	–

Pilares:

Item	Quantidade	Porcentagem
Doutrina	5	71,42%
Lei Seca	2	28, 57%

5.2 PROVA DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS – ANO 2016

Banca: Cespe		
Assunto	Quantidade	Porcentagem
Introdu�o	2	40%
Obriga�o Tributária	2	40%
Tributos	1	20%
Total	5 questões de Direito Tributário	–